



Os moradores, a “favela” e o bairro: lições de urbanidade na confecção do espaço público na Zona Sul do Rio de Janeiro

Soraya Silveira Simões
doutoranda em Antropologia (bolsista Faperj)
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF

No livro *O público e seus problemas* John Dewey conclui que “nossa Babel não é de línguas, mas de sinais e símbolos sem os quais uma experiência compartilhada é impossível” (DEWEY 1988: 142). Podemos deduzir, a partir do título de seu livro, que a Babel em questão trata do esforço dedicado ao controle das consequências indiretas que uma simples opinião deflagra nos comportamentos individuais e coletivos. *Opiniões que ditam rumos em tratamentos, povoam as conversas com objetos, gestos e adjetivos que auxiliam na definição de situações, como pretendo aqui apresentar.* Em outras palavras, trata-se da gestação do público, algo que é trazido à existência pela circulação de informações e pelas percepções de si enquanto membro de uma coletividade.

O conflito é, portanto, característico da abertura do espaço público e as trocas sociais são, em uma certa medida, trocas reparadoras “num mundo onde a ameaça de ofensa é permanente e onde cada participante dispõe de um cenário catastrófico”, ou seja, se vê capaz de fazer “a pior leitura possível” que determinada troca possa representar a partir do seu estoque de experiências, como ressaltaram ISAAC JOSEPH e LOUIS QUERÉ no artigo *A Organização Social da Experiência*.

No Rio de Janeiro de hoje, um dos “cenários catastróficos” eleito como justificativa para determinados comportamentos e tomadas de decisão na esfera pública se descortina a partir da problemática do reconhecimento que, em inúmeras situações com as quais me deparo no campo, são trazidas à luz pela categoria “violência”. O pedido de paz que em determinadas ocasiões se ostenta em camisetas, faixas nas ruas ou em prédios da Zona Sul da cidade e em campanhas políticas destinadas a essa mesma população – que se sente ameaçada pela presença das favelas - vem se constituindo numa verdadeira súplica destinada à determinados grupos sociais que habitam o Rio. Através desta categoria, passou-se a perceber e a valorizar determinadas classes sociais no espaço urbano carioca, especialmente na Zona Sul do Rio de Janeiro, como trazendo consigo uma ameaça latente ao decoro e à própria preservação do bem público. Mais do que isso, a constante “campanha pela paz” tem trazido ao debate público noções distintas acerca dos direitos de lazer e moradia no espaço urbano e fornecido, ao mesmo tempo, possibilidades de reconhecimento que fazem deste uma luta no cotidiano individual e coletivo. (TAYLOR, 2000 e HONNETH, 2003).

A Zona Sul é a área mais valorizada da capital carioca. Nela encontra-se o bairro do Leblon, lugar que perdura no imaginário de alguns de seus moradores como uma “aldeia encantada”, “uma ilha cercada pelo mar, a Lagoa e os canais do Jardim de Alah e da Visconde de Albuquerque”. Nos anos 60, a política de remoção de favelas mobilizou moradores em associações em toda a cidade, mas ali, no Leblon, a favela da Praia do Pinto seria a primeira e única experiência de urbanização sacralizada com a construção de um conjunto de dez prédios pela iniciativa da Cruzada São Sebastião¹, missão da igreja católica iniciada pelo então bispo auxiliar do Rio, Dom Hélder Câmara. Situada às margens do

¹ A Cruzada São Sebastião tinha como objetivo a urbanização de todas as favelas do Rio num período de dez anos. Entretanto, a única favela beneficiada pela iniciativa foi a Praia do Pinto, no Leblon.

canal do Jardim de Alah, entre o mar e a Lagoa, numa área contígua àquela da favela, a construção dos prédios para moradia dos favelados visava mantê-los nos lugares onde já haviam estabelecido, sobretudo, suas rotinas de trabalho. Na década seguinte, outro conjunto de quarenta prédios, este destinado à uma classe média oriunda de outros bairros da cidade, seria construído sobre o terreno da favela. O conjunto, inicialmente chamado Projeto Praia do Pinto, acabou conhecido como Selva de Pedra – a não ser para os habitantes da Cruzada, que apelidaram o conjunto de “favelão” numa alusão ao antigo uso do terreno e ainda numa tentativa de reconduzir o estigma que muitos moradores da Selva lhes atribuem.

A justaposição desses territórios, conforme análise feita por MELLO, redundou na usurpação do espaço público incentivada pela própria prefeitura, através de medidas como fechamento de ruas e “adoção” de praças, visando a captura de áreas públicas a partir da suposição de seu abandono ou “orfandade” (MELLO, 2001: 223). O estímulo do próprio governo municipal ao transbordamento de uma moralidade particular sobre o espaço público já denotava o sentimento da existência de “intrusos”, “invasores”, cidadãos indesejáveis em determinadas áreas, oriundos da própria vizinhança ou de outros bairros da cidade.

Como parte do meu trabalho de campo, tenho participado de inúmeras reuniões internas da Associação de Moradores da Cruzada São Sebastião e desta com agentes públicos e privados em torno de diversos problemas, principalmente daqueles relativos ao uso do espaço. O caso que trago aqui se refere a duas das reuniões das quais participei, quando dois projetos de intervenções espaciais – as obras do Rio Cidade, pelo governo municipal na praça em frente aos prédios, e as obras no clube da Associação Atlética do Banco do Brasil, vizinha à Cruzada – afetariam diretamente moradores do conjunto.

Na primeira reunião, realizada com a presença do arquiteto e do administrador da praça Jardim de Alah, localizada ao longo do canal homônimo, muitos questionamentos foram feitos acerca da nova utilização dos espaços previstos no projeto de revitalização idealizado pela prefeitura. Debruçados sobre plantas e mapas, os dois funcionários do município enfatizavam, a todo o momento, as “diversas atividades” programadas nos três “espaços” que seriam criados com as obras, sem deixar de lado ainda que a Associação de Moradores da Cruzada era a primeira no bairro com a qual eles haviam estabelecido

contato. Os outros presentes se detinham na ansiedade deles em tê-los como interlocutores. Afinal, tratava-se do projeto de reorganização de um espaço significativo para estes moradores.

A praça em questão situa-se entre duas importantes áreas de lazer público: as praias de Ipanema e do Leblon e a orla da Lagoa, além de estar cercada por uma diversificada oferta de bares, restaurantes, cinemas, teatros, shoppings, academias de ginástica e outras praças não freqüentadas pelos moradores da Cruzada, seja por questões sociais ou de proximidade e de oferta de equipamentos urbanos. Na praça, todo sábado e domingo reúnem-se grupos de moradores do conjunto. Um deles, o Clube da Malha, é formado por senhores da “terceira idade” que praticam esse esporte. Vestidos com as cores vermelho e branco, eles cumprem semanalmente o rito de hastear a bandeira do clube e de montar o display com as fotos do grupo para, em seguida, iniciarem as partidas do jogo e o churrasco acompanhado de cervejas e refrigerantes devidamente acondicionados em isopores. Todo esse material é levado e trazido a cada domingo pelo presidente do clube. Vez por outra ele também organiza ali campeonatos com grupos de jogadores de malha que vêm de outros bairros da Zona Norte da cidade, além de concursos e festas de aniversário de seus componentes. Como eles, nas manhãs de sábado quatro times de futebol da Cruzada jogam na quadra poliesportiva existente ao lado da pista, e todos os equipamentos lá existentes são efetivamente utilizados por outros grupos do conjunto, e isoladamente por outros poucos moradores do bairro, que preferem caminhar ou praticar seus esportes em um dos cinco clubes privados existentes no entorno ou na praia e nas quadras da Lagoa. Além da sociabilidade cultivada na praça, havia um outro uso questionado negativamente pelos cruzadenses: o trecho em frente ao conjunto era utilizado todas as noites por catadores de lixo para pesagem do material recolhido. A sugestão era a instalação de um posto da Comlurb² em uma das salas destinadas à administração do local, pois como todos sabiam, a presença dos catadores e do acúmulo de lixo implicava em mais um transtorno associado à Cruzada.

Embora o arquiteto e o administrador ressaltassem a todo o momento a intenção de democratizar o uso da praça e acatassem as sugestões dos moradores, as “atividades previstas” serviam como argumento não só para impossibilitá-las como também para

² Companhia de Limpeza Urbana

destacar a necessidade de mudança nos usos atuais, bastante associados a esses moradores do bairro e, conseqüentemente, à uma representação do parque como um lugar perigoso. Num momento da reunião, a atividade dos catadores de lixo foi imediatamente apontada pelos agentes da prefeitura como um “problema para a imagem da Cruzada”, embora estes não fossem moradores dos prédios do conjunto. Os apresentadores do projeto também davam ênfase às “diversas atividades” que passariam a existir na praça, sendo esta uma estratégia de “aproveitamento máximo do espaço e do tempo” que visava, assim, evitar também ao máximo concessões aos usos elaborados no artesanato do dia-a-dia. Outra previsão era a instalação de uma “cafeteria de luxo” junto à pista de malha e à quadra poliesportiva, onde seriam vendidos pães de queijo, café, água e sucos, no lugar dos quatro quiosques incluídos no projeto inicial, onde seriam vendidas água de côco e bebidas alcoólicas.

A reunião cumpriu o papel formal de consulta aos moradores, visto que o projeto já estava pronto e, conforme foi comprovado, sem possibilidades de mudança. O administrador explicou que a intenção era “manter o máximo de tempo possível o funcionamento das propostas do projeto” e, a cada resposta negativa dada aos moradores, seguia um aceno de possibilidades de vagas para trabalho na manutenção do parque ou de “diversas atividades” para ocupar jovens e crianças da Cruzada, denotando, com isso, a preocupação com o uso do tempo livre destes e um deslocamento dos adultos de usuários para funcionários da praça.

Dias depois, haveria uma outra reunião na sede da associação para discussão de assuntos internos. Nesta, um dos temas pautados referia-se à abertura de uma saída de lixo de um dos clubes vizinhos (AABB) para a rua da Cruzada. Os funcionários do clube já haviam conversado com o padre da igreja Santos Anjos e com a diretora da escola (ambas as instituições situadas à entrada do conjunto e cujos prédios foram construídos junto com os edifícios da Cruzada, sendo parte do mesmo projeto), que negaram terminantemente a proposta. Restava, então, negociar com os cruzadenses.

A reação imediata de todos foi de indignação, expressada em frases como “ele que bote o lixo junto da entrada social dele” ou “eles sempre quiseram liquidar com isso aqui”. Em troca do consentimento dos moradores, a diretoria do clube havia proposto a instalação

de uma biblioteca na sede da Associação de Moradores e um convênio firmado com a escola para o uso das dependências do clube pelos alunos.

Novas expressões de indignação, desta vez atreladas à um sentimento ludibrioso deflagrado com a enunciação do convênio, pois este já existia e, sendo feito com a escola, atendia também alunos oriundos das favelas da Rocinha e do Vidigal e, mesmo assim, apenas durante uma hora das manhãs das segundas-feiras para aqueles com até seis anos de idade.

Durante a apresentação das contrapartidas do clube, três dos presentes questionaram por que as parcerias nunca eram feitas com a associação de moradores, concluindo em seguida que não havia interesse da parte proponente mesmo nos casos em que redundasse a concretização de seus interesses. Por outro lado, tal tipo de demanda dos moradores era percebida pela diretora da escola e pelo padre como “um querer tudo” característico da “comunidade”.

A partir das reflexões de CARDOSO DE OLIVEIRA em torno das idéias de honra, dignidade e reciprocidade, torna-se possível perceber que, em ambos os casos, a ênfase dada pelos moradores à dimensão moral neste tipo de interação não é levada em conta pelos seus interlocutores. Tal desconsideração afeta sentimentos pré-existentes formadores da própria identidade daqueles enquanto habitantes indesejáveis num bairro de classe média da Zona Sul carioca, onde os mesmos reconhecem sua condição de moradores como um sendo a princípio um “privilegio”, algo suficiente para que em situações de negociação tal sentimento irrompa em conflito pois evoca a negação de uma dádiva: a do reconhecimento identitário. Segundo o autor, o insulto, representando uma agressão onde direito e identidade estão articulados, “gira em torno das dificuldades encontradas na formulação de um discurso legitimador para a institucionalização de direitos não universalizáveis, que visam contemplar a situação singular de grupos específicos” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004: 02).

A relevância da dádiva em torno da problemática do reconhecimento e deste como elemento chave na formação do público se faz a partir da noção do conflito como algo latente ou conseqüente à ausência de reconhecimento, pois, ao contrário das características do contrato, onde estão explícitos os ideais de certeza e de controle firmados entre *indivíduos*, a dádiva pressupõe a dúvida e a dívida que se estabelecem com ênfase no *elo*

social (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004: 06) sendo, portanto, algo que demanda atenção pessoalizada e, por isso, é percebido pelos atores em sua dimensão moral.

O uso da categoria “comunidade”, evocada obrigatoriamente em todas as reuniões da associação de moradores, caracteriza um forte apelo à esta dimensão. Ao ocultar o sujeito individual da ação, ela apela para o foco no sujeito coletivo desprovido de qualificação específica em relação ao outro da relação imediata. Esta é sempre uma auto-atribuição daqueles que na relação de disputa atribuem uma especificidade qualquer ao seu antagonista, encontrando, assim, segurança ou apoio às suas causas esporádicas ao enquadrar-se na categoria “comunidade” ou, por vezes, “comunidade carente”. Nas reuniões com agentes externos, o uso da categoria evoca (1) *necessidades* identificadas como um problema para a coletividade (garantia de uso do espaço de lazer e moradia, demanda por reconhecimento, capacitação de mão-de-obra especializada, ocupação e educação de jovens, “conscientização” dos moradores em relação ao cuidado com o espaço e seus equipamentos, problemas de “desvio” etc.), (2) características exclusivas, positivas ou não, e (3) a inserção de demandas individuais através do coletivo, de maneira a legitimá-las politicamente.

A definição destes problemas e a incessante busca por resoluções acabaram por apresentar, ao longo das interações que observei entre moradores e representantes do poder público e privado, um outro desafio: o de reconhecimento pleno das reivindicações feitas nessas arenas públicas. No artigo “Qu’est-ce qu’une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste”, Daniel Cefai utiliza o termo “anarquias organizadas” para dar conta da profusão de intenções que estão presentes nas arenas públicas, mas que não anulam o princípio organizativo que determina sua formação. As ligações tecidas com este pano de fundo “anárquico” são mais ou menos institucionalizadas: os participantes utilizam o espaço também para publicizar sentimentos pessoais, manifestar irreverência, confrontar posições, exprimir argumentos, apontar injustiças, fazerem auto-promoção etc, e um olhar treinado possibilita a captura dessas direções paralelas que a princípio não estão – e não devem ser – pautadas para a formação de uma arena.

Enquanto isto, noto que nas reuniões entre agentes externos e os membros da associação, há uma *consideração* excessivamente performática para os problemas reclamados, que se apresenta conforme CARDOSO DE OLIVEIRA expôs também em seu

livro (2002). Para ele, a *empatia*, no Brasil, apaga o preconceito, ao mesmo tempo em que muda o registro de direito para o de privilégio.

Em cima desta nítida percepção do funcionamento das relações na esfera pública a associação de moradores da Cruzada São Sebastião edifica suas estratégias, lançando mão do rótulo de “comunidade” na interlocução com outros atores, de maneira a fazer valer direitos ou de obter benefícios³.

O mesmo pode ser considerado em relação ao poder público. A negociação, também para seus agentes, pretende incorporar o outro em seus projetos e, em torno deste desejo, ambos os lados barganham a composição de um mosaico de motivos que redundaria, em último caso, em políticas públicas. A *consideração* que se devota ao indivíduo ou ao sujeito coletivo é, ao mesmo tempo, uma demanda fortemente cultural de estabelecimento da relação pessoalizada e um filtro para o funcionamento da máquina burocrática mal gerida. *Considerar* representa algo: uma etapa do processo ou mesmo o processo por inteiro.

A tentativa de reconfiguração do espaço social, expressa nos inúmeros projetos demandados pela associação a partir de uma auto-imagem associada à violência, é o que suponho ser o *leitmotiv* destes, uma vez que tentam inserir os beneficiados diretos (“público alvo”) e indiretos (a “comunidade” como um todo) em estruturas de oportunidades as quais os interessados se sentem excluídos ou, ao contrário, incomodados por fazerem parte. Cursos profissionalizantes, atividades educativas infanto-juvenis e de entretenimento para a “terceira idade”, cadastro para vagas em estágios e empregos, oficinas, atendimento médico e grupos de apoio à dependentes químicos e outras demandas exclusivas para os moradores visam garantir, sobretudo, a ocupação e o desenvolvimento de suas capacidades. Há um consenso de que o tempo livre deva ser preenchido, principalmente com atividades esportivas, sob pena de desvio para ocupações ilícitas ou mal-vistas que respondem pelo estigma de ser residente do conjunto.

Como mencionei no início deste trabalho, a atenção às representações acerca da violência se baseia justamente nas conseqüências que elas acarretam na estruturação da rotina cotidiana, na negociação ou mesmo usurpação do espaço público a partir de um

³ A construção de um shopping no Leblon tornou pública, mais uma vez, a divergência entre moradores da Cruzada e outros habitantes do bairro. Os primeiros defendem a construção, pois percebem a possibilidade de serem absorvidos como mão de obra, ao passo que os segundos, defendem a “tranqüilidade do bairro”, que será supostamente abalada pelo funcionamento do shopping center.

determinado reconhecimento identitário, nas interações, na socialização de jovens e no desenvolvimento dos sentimentos morais dos moradores de um conjunto de baixa renda localizado na Zona Sul da cidade, sobretudo no que se refere à formações associativas e de arenas públicas onde são expressados muitos desses sentimentos – experiências vindicativas que constituem um fator essencial na estruturação de grupos sociais e que, em princípio, pretendo discutir e aprofundar nesta pesquisa.

Bibliografia:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. *Honra, Dignidade e Reciprocidade*. In MARTINS, P.H. & NUNES, B.F. (orgs.). *A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Vozes. 2004 (no prelo)

_____. *Direito Legal e Insulto Moral - Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Relume Dumará, 2002. 157p.

DEWEY, John. *The public & its problems*. Ohio: Swallow Press. 1988. 236p.

JOSEPH, Isaac e QUERÉ, Louis. *L'organisation sociale de l'expérience*. Futur Antérieur, no. 19-20, 1993.

MELLO, Marco Antônio da Silva. *Selva de Pedra: apropriações e reapropriações dos espaços públicos de uso coletivo no Rio de Janeiro*, in *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. pp. 205-228.

_____. *Vingt Ans Après: Des espaces publics aux territoires clos de la Selva de Pedra, Rio de Janeiro*. In: *L'Héritage du Pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme*. D. Cefaï, I. Joseph (eds.), La Tour d'Aigues, Éditions L'Aube, 2002, 406, pp.237-263.